



ACÓRDÃO Nº1687/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11154/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Neiverlici de Souza Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Helen Keller da Silva Dias - OAB/AM 13433.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1225/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual Câmara Municipal de Fonte Boa, exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Neiverlici de Souza Oliveira** - Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.

10.2. Recomendar à Câmara Municipal de Fonte Boa que:

10.2.1. Cumpra com o máximo rigor a Lei nº 4.320/64, bem como as normas e princípios contábeis aceitos em território nacional;

10.2.2. Promova imediata regularização de contas contábeis semelhantes a “contas a regularizar ou valores em trânsito” ou outras de mesma natureza, evitando sua utilização nos próximos exercícios.

10.3. Dar ciência ao **Sr. Neiverlici de Souza Oliveira**.



ACÓRDÃO Nº1687/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de outubro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral